

O ENSINO RURAL E A ATUAÇÃO DO INTELLECTUAL ACRÍSIO CRUZ

Miguel André Berger *

RESUMO

O estudo da historiografia na perspectiva da História Cultural vem ampliando o campo da História, incluindo novos objetos, novas temáticas, destacando-se dentre eles o papel de personagens e intelectuais. Neste trabalho utilizou-se da abordagem biográfica para reconstruir a trajetória do professor Acrísio Cruz (1906-1969). A análise documental, os contatos informais e a realização de entrevistas semiestruturadas possibilitaram compreender a atuação e as iniciativas desse professor e as mudanças no campo educacional sergipano. Em seu itinerário profissional, atuou como diretor de grupo escolar, como diretor da Instrução Pública, preocupando-se com o ensino e a formação de professor para o meio rural. Esse intelectual, com o apoio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), empreendeu um plano de construção de mais de 200 escolas rurais, proporcionando melhores condições de moradia ao professor e ao desenvolvimento do trabalho pedagógico. Seu projeto recebeu reconhecimento por parte das autoridades e dirigentes brasileiros e do professor Robert King Hall, da Universidade de Colúmbia, que prestava assessoria ao INEP. Outra iniciativa foi a criação da Escola Normal Rural com o intuito de favorecer a formação de professores para o meio rural, um dos aspectos cruciais da educação no Brasil.

Palavras-chave: Escola rural. Formação de professor. Intelectual da educação.

ABSTRACT

RURAL EDUCATION AND THE ROLE OF INTELLECTUAL ACRÍSIO CRUZ.

The study of historiography from the perspective of cultural history has broadened the field of history, including new objects, new themes, outstanding among them the role of characters and intellectuals. In this study we used the biographical approach to reconstruct the trajectory of the professor Acrísio Cruz (1906-1969). The document analysis, informal contacts and conducting semi-structured interviews made it possible to understand the performance of this teacher and the initiatives and changes in the educational field Sergipe. In his professional career, he served as director of the school group, as Director of Education, concerned with education and training of teachers for rural areas. This intellectual support from the National Institute of Pedagogical Studies (INEP) launched a plan to build more than 200 rural schools, providing

* Doutor em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor e Assistente da Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes. Endereço para contato: Universidade Tiradentes – Campus Aracaju. Farolândia. Avenida Murilo Dantas, 300 – Farolândia. CEP 49.032-490 – Aracaju (SE). bergerandremiguel@hotmail.com

better housing to the teacher and the development of pedagogical work. His project has received recognition from the authorities and officials from Brazil and Professor Robert King Hall, Columbia University who has advised the INEP. Another initiative was the creation of Rural Normal School in order to promote the training of teachers for rural areas, a crucial aspect of education in Brazil.

Keywords: Rural schools. Teacher training. Intellectual education.

Introdução

As iniciativas e as ações dos responsáveis pela formulação das políticas educacionais no Brasil sempre priorizaram a escola localizada nas áreas urbanas em detrimento das situadas no meio rural. O mesmo ocorre na produção acadêmica, pois poucos estudos vêm enfocando a situação de marginalidade em que se encontra o ensino no meio rural. Para compreender essa situação, Leite (1999) aponta a herança do elitismo acentuado do processo educacional implantado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, que sempre via o homem do campo como ignorante e que não carecia de educação sistematizada.

Antes da Proclamação da República, as poucas iniciativas de criação de escolas de primeiras letras localizavam-se nas cidades e vilas. O discurso republicano defendendo a inserção do Brasil na modernidade e abraçando o lema “desenvolvimento e progresso” volta-se para o espaço urbano, fruto da visão europeia de realidade. Em decorrência desse olhar, as ações desenvolvidas em relação a urbanização e saneamento destinavam-se ao meio urbano, concorrendo para o atraso do meio rural. A reorganização do Estado, sob o paradigma republicano, defendia a escolarização como uma necessidade e uma alternativa de adaptação às transformações econômicas, sociais e políticas que vivia o país (GHIRARDELI, 1995).

Durante a Primeira República, para favorecer o processo de modernização do país, ocorrem transformações em vários setores (político, econômico, social e cultural), ocasionando modificações na forma de conceber a escolarização. Nagle (1974) destaca dois movimentos: “O Entusiasmo pela Educação” e “O Otimismo Pedagógico”, que ocasionaram mudanças na forma de escolarização, contemplando a formação do cidadão urbano. Acreditava-se que com maior nível de escolarização a

população urbana passaria a ter condições mínimas para inserção no mercado industrial, possibilidade de ascensão social e desfrutaria de melhores condições de vida urbana. Para tanto surgem os grupos escolares, pautados em um novo modelo de organização da instrução – ensino graduado, recorrendo ao uso de modernos métodos e materiais de ensino, professores com formação pedagógica (CARVALHO, 2007; BERGER, 2005). Essa nova forma de organização do ensino vai impulsionar a expansão e as mudanças no curso normal.

O ensino no meio rural continuou desordenado, descontínuo e não contemplado pelos investimentos públicos, contribuindo para o crescente êxodo do trabalhador para as cidades. Com o crescente processo de urbanização e industrialização, o qual ofereceu melhores condições de vida ao homem nos centros urbanos, o país começou a sentir os efeitos dos movimentos migratórios internos dos anos 1910 e 1920, quando muitos rurícolas deixam o campo, passando a preferir as áreas urbanas.

O Brasil era um país nitidamente rural e assim manteve-se até a década de 1920, mas a cada novo período a tendência irreversível foi o aumento da população urbana e o decréscimo da população rural (ALMEIDA, 2005, p. 280).

Como estratégia para favorecer a fixação do homem ao campo, surge o movimento denominado “Ruralismo Pedagógico”, que pretendia uma escola integrada às condições locais, regionalista, defendendo as virtudes do campo e da vida campesina (MAIA, 1982). Esse movimento ensejou algumas iniciativas isoladas em relação à educação por parte de alguns estados. Uma delas foi a criação da Escola Rural Normal, pautando-se em uma cultura profissional específica para o magistério no meio rural brasileiro. Farias (2008) analisa a experiência da Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte (Ceará), a qual é identificada na historiografia educacional brasileira como a primeira instituição

destinada a preparar professores para atuar no campo. Seu estudo foca o período de 1930 a 1946, do início de seu funcionamento até a Lei Orgânica do Ensino Normal, quando é alterada sua proposta curricular inicial.

O plano de estudos da Escola Normal de Juazeiro do Norte, de acordo com o Decreto nº 1.218, de 1934, compunha-se de três cursos: o curso primário, com duração de cinco anos; o curso complementar (dois anos); e o curso normal (três anos). Esses dois últimos estão diretamente relacionados com a formação do professor ruralista. O curso complementar era uma etapa intermediária, segundo Lourenço Filho (2001, p. 83), destinada à preparação do educando para a formação docente. A proposta curricular era composta das seguintes disciplinas: Português (1º e 2º anos); Matemática (1º e 2º anos); Geografia (1º ano); Francês (1º e 2º anos); Música (1º e 2º anos); Educação Física (1º e 2º anos); História do Brasil (2º ano); Desenho (1º e 2º anos); Trabalhos Manuais (1º e 2º anos) e Práticas Agrícolas (1º e 2º anos). As disciplinas contemplavam uma formação teórica, sendo algumas sem qualquer contribuição para a formação do professor rural, no caso de francês.

O curso normal compreendia as seguintes disciplinas: Língua Vernácula (1º e 2º anos); Matemática (1º e 2º anos); Fisiografia Geral e Especial do Brasil (1º e 2º anos); Antropogeografia (1º e 2º anos); História do Brasil (1º ano); Ciências Físicas e Naturais (2º ano); Desenho e Trabalhos Manuais (1º, 2º e 3º anos); Música e Cultura Física (1º, 2º e 3º anos); Educação Sanitária (3º ano); Psicologia Educacional e Metodologia (3º ano); Agricultura e Indústrias Rurais (3º ano).

A crise do café como principal fonte de exportação e geração de rendas e o processo de urbanização e industrialização, concorrendo para a passagem do modelo agrário-exportador para o urbano-industrial, passam a exigir mudanças, principalmente no campo educacional, o que se concretiza por meio de uma série de leis referentes aos ensinos secundário, superior e industrial.

No início do governo getulista, a ênfase voltou-se para a escolarização urbana, permanecendo o processo escolar rural inalterado e circunscrito às classes multisseriadas. Somente no período do Estado Novo é que a escola rural passou a merecer

certa atenção, com a criação, em 1937, da Sociedade Brasileira de Educação Rural, que objetivava:

A expansão do ensino e preservação da arte e folclore rurais. O sentido de contenção que orienta as iniciativas no ensino rural se mantém, mas, agora, coloca-se explicitamente o papel da educação como canal de difusão ideológica. Era preciso alfabetizar mas sem descuidar dos princípios de disciplina e civismo (MAIA, 1982, p. 28).

A pretensão era expandir o ensino, alfabetizando a maior parte de pessoas que residia na zona rural. Nas entrelinhas, a pretensão era fixar o homem no campo, evitando sua migração para os centros urbanos, o que poderia afetar a diminuição da produção agrícola brasileira e causar problemas de ordem social no meio urbano.

Essas iniciativas, contudo, tiveram pouco êxito, visto que após a Segunda Guerra Mundial foram firmados acordos com os Estados Unidos, resultando na criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). Essa Comissão objetivava a instalação de projetos educacionais na zona rural e o desenvolvimento das comunidades campestres, mediante a criação de centros de treinamento (para professores especializados que repassariam as informações técnicas aos rurícolas), a realização das Semanas Ruralistas e também a implantação de Clubes Agrícolas (LEITE, 1999).

A educação rural e a ação do INEP

Em 1938 é criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), que teve como diretor o professor Lourenço Filho, e contou com a colaboração de Anísio Teixeira e de uma equipe de educadores com formação em várias áreas. O professor José Roberto Moreira integrava essa equipe, dedicando-se a questões sobre a educação rural e a escola primária. Moreira (1957) defendia que os países em desenvolvimento deveriam investir na industrialização sem descuidar do setor agropecuário, que proporciona produtos para a sobrevivência humana e para a indústria. Os investimentos no campo envolvem a melhoria nas condições de produção e de vida da população, o que perpassa pela educação.

Nesse aspecto, criticava a educação rural no Brasil, a qual carecia de organização e orientação adequadas, pois os investimentos voltavam-se mais para as áreas urbanas.

Até agora, não obstante o romantismo bucólico que tem animado alguns movimentos em prol de certa escola rural, o que temos feito [...] transplantação para o campo do tipo de escola urbana mais comum, rebaixado em suas condições mínimas, isto é, deteriorado por simplificação e por total inadaptação ambiental (MOREIRA, 1957, p. 89).

Além de tecer comentários sobre a infraestrutura e o número insuficiente das escolas, e da questão de transporte, muitas escolas estão à mercê de um corpo de professores “sem treinamento, imaturo e pobre de compreensão relativa ao próprio trabalho, a quem se incumbem ou pretende incumbir de ensinar um currículo formalizado e divorciado da realidade da vida rural” (MOREIRA, 1957, p. 89).

Esses professores não têm orientação nem preparo, desenvolvendo muitas vezes um trabalho com o intuito de ensinar conteúdos mínimos da leitura, escrita e aritmética, com certo grau de abnegação e heroísmo.

O tipo de ambiente escolar mais comum é o que se denomina “Escola Isolada”. Três ou quatro séries do ensino primário confiadas a um só professor, com uma turma que pode variar de 30 a mais de 50 alunos, com o professor tendo dificuldades de oferecer um atendimento diferenciado e mais personalizado.

Moreira (1957) alertava com essas críticas que não pretendia fazer da escola uma panaceia para os males econômicos e sociais, pois a educação, sozinha, não resolveria as dificuldades do Brasil rural. Há necessidade de se traçar políticas e ações articuladas, que vejam o meio rural em seus vários aspectos. Em relação ao setor educacional, há necessidade de expansão da rede escolar, da promoção de cursos para formação docente, da promoção de ações educativas para crianças e, principalmente, os adultos, a fim de reduzir o analfabetismo.

Em relação à escola primária rural e sua missão, o autor defendia que a escola, além de primar pelo ensino das primeiras letras, tem de construir as bases de uma nova mentalidade para as populações rurais. Para tanto, estabelece quatro áreas de

ação a que os administradores da educação e os professores devem prestar atenção especial: 1) o desenvolvimento de um currículo mais adequado a partir do meio rural e ir sucessivamente ampliando o horizonte do aluno; 2) o uso de material didático diversificado e apropriado à realidade campesina; 3) a manutenção de um diálogo entre a escola e a comunidade rural; e 4) a preparação e o treinamento de professores.

A formação do professor rural deveria contemplar: 1) saberes sobre a vida rural nos seus processos de trabalho e de associação, o que são natureza e seus recursos aproveitáveis pelo homem, quais os princípios científicos que podem orientar e disciplinar seu aproveitamento; 2) saberes curriculares referentes ao ensino da escrita, da leitura e da aritmética, bem como Geografia, História e Ciências; 3) saberes pedagógicos a fim de favorecer a transposição didática e a aprendizagem do aluno; e 4) saberes sobre Relações Públicas, Comunicação, Sociologia, com o objetivo de o professor saber compreender o homem e o meio rural.

Ensino Rural em Sergipe

Sergipe é um estado localizado na região Nordeste que se emancipou da Província da Bahia em 1820, tendo uma economia calcada no setor primário, principalmente no cultivo da cana-de-açúcar, do algodão e de culturas de subsistência. Segundo recenseamento de 1950, Sergipe contava com 644.361 habitantes, dos quais somente 33,63% sabiam ler e escrever. Da população de dez anos e acima desta faixa etária (441.478 habitantes) que não sabiam ler e escrever, 79,49% estavam na zona rural e dedicavam-se às atividades agropecuárias (NUNES MENDONÇA, 1958). Esse educador apontava a necessidade de essa população dispor de uma escola que, “sem fugir às diretrizes gerais do ensino, sem prejuízo das finalidades essenciais da educação de base, indiferenciada, comum a todos, não perca de vista as necessidades da vida rural e contribua eficazmente para urbanizar o campo” (p. 21).

Nunes Mendonça também criticava a rede deficitária do ensino primário, composta de um número reduzido de grupos escolares na capital e

em alguns municípios interioranos, e das escolas isoladas, muitas das quais eram instaladas em casebres alugados, nos quais lhes faltava tudo, desde espaço físico adequado até infraestrutura. As escolas rurais constituíam-se de espaços cedidos pelos grandes proprietários de terra e encontravam-se em completo estado de abandono, além de depender dos desmandos da política dos coronéis.

Em Sergipe, a formação de professores para o ensino primário durante muito tempo ficou sob a responsabilidade da Escola Normal Rui Barbosa, localizada em Aracaju, capital do estado. Essa instituição estadual foi criada em 1870, tendo uma existência efêmera. A instituição só ganha identidade e regularidade de funcionamento a partir de 1911, quando o Governo Rodrigues Dórea inaugurou o prédio na Praça Olímpio Campos, onde o curso permaneceu até 1957, ocasião em que foi transferido para outro prédio localizado em bairro periférico de Aracaju (FREITAS, 2003, p. 56). Outros estabelecimentos passam a ofertar o curso normal, mantidos por ordens religiosas que vão surgindo em Aracaju (1925) e municípios interioranos (Propriá, Estância), atendendo a moças da elite e da classe média. Freitas (2003) analisa a trajetória e o ingresso na carreira do magistério de ex-normalistas no período de 1920 a 1950. Depois de formada, a normalista deveria seguir a “lei dos acessos”, iniciando sua atuação no interior.

Primeiramente em uma escola de primeira entrância, situada em um povoado. Passaria depois a lecionar em uma vila considerada segunda entrância. Em seguida, para a terceira entrância, em uma escola situada na cidade. Após sucessivas promoções, poderia lecionar na capital (2003, p. 148-149).

A promoção de uma entrância para outra se fazia mediante participação em cursos de aperfeiçoamento e avaliação feita pelos inspetores quando das visitas de inspeção às escolas. Segundo Nunes Mendonça, em 1930, 159 professoras atuavam em escolas de primeira entrância, das quais 114 eram diplomadas. Muitas dessas professoras tiveram de enfrentar dificuldades de conseguir local para fixação, além de enfrentar o medo das visitas do bando de Lampião, que cometia várias atrocidades no interior de Sergipe na década de 30 do século XX (FREITAS, 2003). Com base nessa situação,

o intelectual sergipano Acrísio Cruz abraça os projetos financiados pelo INEP, destinados à melhoria do ensino e das condições de trabalho do professor do meio rural.

Acrísio Cruz: o educador e intelectual

Acrísio Cruz nasceu em 31 de outubro de 1906, em Laranjeiras (SE), onde viveu sua infância, estudando na escola da professora Zizinha Guimarães, uma das mais afamadas do estado. Deu continuidade aos estudos secundários no Colégio Tobias Barreto, dirigido pelo professor José de Alencar Cardoso, em Aracaju. Autodidata e estudioso das questões educacionais, assumiu a direção do Grupo Escolar General Siqueira aos 25 anos de idade, passando depois para o Grupo Escolar Manoel Luis, localizado na Praça da Bandeira. Seu trabalho nesse estabelecimento era alvo de constantes elogios por parte dos inspetores de ensino quando das visitas de inspeção, conforme se constatou no livro de registro de atas.

Aos vinte e oito dias do mez de setembro de 1934, inpecionei o Grupo Escolar Manoel Luis, que funciona em sede própria [...]. No que tange à ordem e à disciplina, o que se observa recomenda o seu diretor professor Acrísio Cruz, espírito lúcido e senhor dos problemas da escola nova e às mestras [...]. O novo diretor está construindo, organizando o herbário e findos os outros melhoramentos que se preparam, o grupo irá na vanguarda dos seus congêneres ¹.

Estudioso da Psicologia e das novas concepções pedagógicas, esse intelectual empreendeu estudos originais, apresentando-os na Segunda Reunião da Sociedade de Neurologia, Psiquiatria e Higiene Mental do Nordeste Brasileiro, que se concretizou no período de 20 a 25 de outubro de 1940, em Aracaju. Em outubro de 1941, Acrísio deixa a direção do grupo escolar e passa a exercer o cargo de assistente técnico geral do Departamento de Educação até 1942, técnico em Educação (1943), e por cinco vezes consecutivas o cargo de Diretor do Departamento de Educação, entre os anos de 1944 e 1950. Nesse período presidiu e integrou

¹ Termo de inspeção da visita realizada pelo inspetor José de Alencar Cardoso em 28 de setembro de 1934. Livro de Atas do Grupo Escolar Manoel Luis, pág. 13.

comissões, representou o estado em organismos nacionais e internacionais. Como diretor da Instrução Pública no governo de José Rolemberg Leite, manteve contatos com especialistas do INEP, entre eles Anísio Teixeira e Murilo Braga, apoiando seus projetos de educação rural (HALL, 1950). Recebeu apoio para construção de escolas rurais e a Escola Normal Rural, depois denominada Escola Normal Murilo Braga (Itabaiana), destinada à formação de professores para o meio rural.

Acrísio Cruz comungou das diretrizes políticas do INEP, que apontava como um dos grandes problemas educacionais a falta de prédios adequados ao ensino. Muitos prédios funcionavam em casas impróprias, diversos deles sem higiene, mal localizados, de piso ordinário, de terra batida, principalmente no meio rural (BARRETO, 2006, p. 96). Diante dessa situação empreendeu um plano de construção de mais de 200 escolas rurais. Seu projeto de Escola Rural, no qual juntava “sala de aula, multisseriada, com a moradia da professora, em dois cômodos principais, enriquecidos com uma área entre eles, que servia para a recreação” (BARRETO, 2006, p. 17), foi bastante elogiado por autoridades e intelectuais brasileiros, como Anísio Teixeira e Murilo Braga. O professor americano Robert King Hall, da Universidade de Colúmbia (Nova York), assessor do INEP, também elogiou o projeto.

O depoimento do professor Ribeiro é bastante esclarecedor sobre o êxito desse projeto de Acrísio Cruz.

Vejo Acrísio, um estimulador, um homem otimista, um homem de visão. E, ele teve a felicidade de receber um apoio muito grande de Dr. Murilo Braga... Tanto assim, que quando houve uma visita aqui do professor King Hall, ao Brasil, Sergipe foi distinguido por receber a visita do professor. Tal era o modelo que nós já tínhamos desenvolvido aqui em relação à expansão de escolas e o ensino no meio rural. Esse professor disse: ‘Olha, o trabalho de vocês, eu tenho possibilidade de fazer isso, de dizer isso, porque já avaliei vários trabalhos dessa natureza, em diferentes partes do mundo e o trabalho de vocês está perfeito’².

Contíguo à escola, ficava a moradia do pro-

fessor. Acrísio Cruz considerava a residência do professor um assunto importantíssimo. Defendia que nenhum prédio escolar deveria ser construído sem dependências residenciais para diretores e professores em qualquer que fosse a localidade. Alegava que, se construído no interior, motivos de sobra existiam pelo menos para preencher as grandes deficiências ou falta de habitação.

Outra iniciativa foi a criação da Escola Normal Rural, em 29 de novembro de 1949, por meio da lei nº 212, oferecendo o curso ginásial e pedagógico para estudantes itabaianenses, como também de municípios circunvizinhos. Em março de 1950 teve início o ano letivo com o curso ginásial, tendo a primeira turma do curso de formação de professores iniciado suas atividades em 1954 (SANTOS, 2002). A Escola Normal Rural recebeu a denominação de Murilo Braga, em homenagem ao diretor do INEP, morto em acidente aéreo. Essa instituição foi criada com o intuito de formar professores para o meio rural, a fim de minimizar um dos aspectos cruciais da educação no Brasil. Segundo ele,

[...] a educação rural no Brasil carece extraordinariamente de organização e orientação adequadas [...] o que temos feito nesse setor e tão somente o de transplantação para o campo do tipo de escola urbana mais comum, rebaixado em suas condições mínimas, isto é, deteriorado por simplificação e por total inadaptação ambiental (MOREIRA, 1957, p. 89).

Além da expansão da rede de escolas, esse estudioso defendia a necessidade de ministrar um ensino de qualidade, que proporcionasse ao indivíduo do campo uma aprendizagem de suas reais possibilidades de trabalho e que soubesse onde ele existe de acordo com suas possibilidades, independentemente de impedir ou não o êxodo do campo para a cidade, fenômeno natural em qualquer processo intensivo de industrialização. Além de escola e de um currículo que valorize a cultura do meio rural, tem-se de atentar também para a formação do professor rural.

[...] é preciso que as escolas não lhes desenvolvam atividades antagônicas ao meio rural, despertando-lhes o interesse e o desejo pela vida urbana. Temos para nós que as escolas normais existentes no país, com seus programas intelectualistas, seus cursos mais ou menos acadêmicos e seu contexto social extremamente urbano, não são capazes de formar o

² Entrevista concedida pelo professor Ribeiro, um dos colaboradores de Acrísio Cruz. Ver BARRETO, 2006.

professor rural, mesmo quando o jovem é recrutado no interior (MOREIRA, 1957, p. 122).

A proposta curricular contemplava matérias ensinando ao professor o domínio dos conhecimentos das ciências e das técnicas pedagógicas; dos conhecimentos da escola primária; das técnicas de relações públicas e de comunicação com o homem simples; dos diversos padrões culturais do nosso rurícola; dos interesses dominantes e outros problemas que afetam o meio rural. Veiculava também conhecimentos de Economia e Sociologia rural para melhor compreensão da realidade e desenvolvimento do trabalho pedagógico.

A proposta curricular da Escola Normal Rural Murilo Braga manteve-se até 1970, quando foi promulgada a Lei nº 5.692, que implantou a profissionalização obrigatória no ensino de 2º grau, introduzindo mudanças que influíram na identidade e nos objetivos do curso.

Outro feito de Acrísio Cruz foi a promulgação, em outubro de 1945, do regulamento de ensino que favorecia o processo de difusão do ideário escolanovista no cotidiano dos grupos escolares. Seu objetivo era fazer com que as funções dos corpos administrativo e docente dos grupos escolares não fossem realizadas pela simples intuição, mas de forma sistemática e científica, contribuindo para mudanças na cultura escolar e nas práticas educativas, e, conseqüentemente, para a melhoria do desempenho do aluno.

O regulamento compunha-se de 100 artigos e contemplava as orientações de funcionamento dos grupos no tocante ao ano letivo, aos livros de escrituração, às atribuições do diretor, os deveres do professor, alunos e demais funcionários, uso da bandeira nacional e proibições, as instituições escolares, matrícula e frequência escolar, promoção e realização dos exames finais, casos de transferência e a realização das reuniões pedagógicas, uma das inovações para favorecer a apropriação do ideário escolanovista. Analisando a concretização dessas diretrizes no cotidiano dos grupos escolares, Almeida (2009) pode constatar a importância das reuniões pedagógicas como momento coletivo de discussão do trabalho pedagógico no cotidiano escolar, a despeito de as mudanças no campo educacional não ocorrem de maneira repentina, mas processualmente, de acordo com a apropriação que

os atores fazem do discurso e das determinações da política educacional.

Em 1950, Acrísio Cruz assume o mandato de deputado estadual, mas continua contribuindo para o governo como Secretário da Justiça, passando também a compor o Conselho Estadual de Educação. Como membro desse Conselho, continuou defendendo a melhoria do ensino primário, bem como a construção e expansão de edificações para todos os níveis de ensino. Em seu pronunciamento de abril de 1966, defendeu a necessidade das autoridades observarem

[...] os seguintes aspectos: a) as edificações escolares constituem o primeiro problema do desenvolvimento educacional; b) um plano de edificação escolar deverá dirigir-se no rumo de todos os níveis de ensino; c) todos os prédios escolares deverão abranger dependências para moradia de diretor e professores; d) a falta de residência para diretor e professores causa descontinuidade administrativa e pedagógica; e) deverão ser criados em cada estado serviços de edificações escolares com objetivos amplos, não só para construir, mas também para conservar; f) deve haver maior preocupação na distribuição de verbas, evitando-se os cortes injustificáveis, para melhor concretização dos planos de construções; e g) considerar, enfim, que a edificação escolar é o maior passo para o desenvolvimento da educação nas zonas urbanas (BARRETO, 2006, p. 99-100).

Com o movimento militar de 1964, o governador Seixas Dorea foi deposto e preso, e o Conselho Estadual de Educação também sofreu intervenção. Acrísio Cruz foi afastado e sofreu no ostracismo político, falecendo em setembro de 1969.

Considerações finais

A abordagem biográfica vem constituindo uma metodologia a que o pesquisador pode recorrer, contribuindo para o avanço das investigações na área da História da Educação.

A biografia permitiu decifrar como foi forjada existencial e socialmente uma identidade profissional e as escolhas desse sujeito, como no caso de Acrísio Cruz. Fruto de suas leituras e experiências no cargo de direção de grupos escolares, Acrísio Cruz promulgou o regulamento de outubro de 1945, destinado a fazer com que as funções dos corpos

administrativo e docente nesses estabelecimentos não fossem realizadas pela simples intuição, mas de maneira científica. Um aspecto inovador foi a implantação das reuniões pedagógicas no cotidiano escolar a fim de favorecer a difusão e apropriação do ideário escolanovista, contribuindo para mudanças na cultura escolar e nas práticas educativas. Esse intelectual, em seu itinerário profissional, atuou como diretor de grupo escolar, como Diretor

da Instrução Pública, preocupando-se com o ensino e a formação de professor para o meio rural. Com o apoio do INEP, que apontava como um dos grandes problemas educacionais a falta de prédios adequados ao ensino no meio rural, empreendeu um plano de construção de mais de 200 escolas rurais, proporcionando melhores condições de moradia ao professor e para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Anne Emílie Souza de. **A difusão do ideário escolanovista em grupos escolares sergipanos (1934-1960)**. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.
- ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A Educação rural como processo civilizador. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. III. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- BARRETO, Luis Antonio. **Acrísio Cruz Antologia**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.
- BERGER, Miguel André. Os grupos escolares e as festas para difusão da instrução e da civilidade. **Revista do Mestrado em Educação**. São Cristóvão, v. 11, n. 11, p. 51-68, jul./dez. 2005.
- BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida de professores. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 28, n.1, p. 11-30, jan./jun. 2002.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane M. Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- FARIAS, Isabel M. Sabino de. Da ruralização do ensino à constituição de escolas de formação de professores para atuar no campo: ditos e feitos da primeira Escola Normal Rural do Brasil. In: V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: o ensino e a pesquisa em História da Educação, 2008. Aracaju. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**. Aracaju, UFS/UNIT, 2008. CD ROM.
- FREITAS, Anamaria G. Bueno de. A produção dos estudos biográficos em Sergipe e as principais contribuições para a História da Educação. In: SOUZA, Elizeu Clementino (Org.). **Autobiografias, história de vida e formação: pesquisa e ensino**. Porto Alegre/Salvador: EDIPUCRS e EDUNEB, 2006.
- FREITAS, Anamaria G. Bueno de. **Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)**. São Cristóvão: Grupo de Estudos em História da Educação/NPGED, 2003.
- GHIRARDELLI, Paulo Jr. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1995.
- HALL, Robert King. Educação Rural: tópicos para estudo e análise. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. XIV, n. 39, p.2-40, maio/agos. 1950.
- LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.
- LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstom. **A formação de professores: da escola normal à escola de educação**. Brasília: Editora Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2001. (Coleção Lourenço Filho).
- MAIA, Eny Marisa. Educação Rural no Brasil: o que mudou em 60 anos. **Em Aberto**. Brasília, INEP, v. 1, n.9, p. 27-33, 1982.
- MOREIRA, J. Roberto. Educação Rural e educação de base. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, INEP, v. XXIII, n. 67, p.87-129, jul./set.1957.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EDUSP, 1974.

NUNES MENDONÇA, José Antonio. **A Educação em Sergipe**. Aracaju: Livraria Regina Ltda., 1958.

SANTOS, Isabel de Carvalho. **Colégio Estadual Murilo Braga, Itabaiana (1949-1999):** uma contribuição à sua história. 132 f. Monografia (Graduação) - Programa de Qualificação Docente (PQD II): Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe, Polo de Itabaiana, 2002.

Recebido: 28.04.2011

Aprovado: 21.08.2011